

Agora, a gangorra indica quatro anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nessa verdadeira gangorra em que se transformou a Assembléa Nacional Constituinte, eis uma nova alteração: fosse votado hoje o tempo de mandato do presidente José Sarney, venceria a tendência pelos quatro anos. Dos 317 signatários da emenda Matheus Iensen, pelos cinco anos, só 150 confirmam a disposição de votar como assinaram. Dos demais, uns 50 confessam haver mudado de opinião, e os outros ficam em cima do muro. "Pode ser", "quem sabe", "talvez".

A sondagem, feita pelo líder Carlos Sant'Anna, conduz à dúvida, ainda que de público ele não deva reconhecê-la. Como não há prazo, ainda, para a decisão da matéria, ninguém se exaspera, de um lado ou de outro. Todos contam com o fator tempo e ficam de olho na conjuntura, já que será em função dela que a Constituinte decidirá pelos quatro ou pelos cinco anos, em maio, junho ou julho. Aliás, desde o ano passado tem sido assim: ora a gangorra favorece o presidente José Sarney, inclinando-se para fixar o fim de seu período de governo em março de 1990, ora refluí para março de 1989. Foi por causa dessa insegurança que ele abandonou os esforços para anteceder essa votação e preferiu desencana-se desde logo o que será a fase final de seu governo, de rigoroso combate ao déficit público e à corrupção, só que sem saber a extensão dessa fase, se de um ou dois anos.

O problema, como se verá abaixo, é que há conjunturas e conjunturas. Desse processo tão fisiológico poderá redundar o pior. Vale começar pelo começo: está provado por mil pesquisas de opinião que o País quer votar. A população, em suas diversas categorias, coincide na vontade tantas vezes demonstrada e protelada de escolher o seu presidente da República, e dentro do sistema presidencialista. Desde 1960 os brasileiros não escolhem seu presidente. Pode ser uma ilusão, certamente é, porque não emergirá das urnas nenhum ser miraculoso em condições de resolver todos os problemas econômicos, sociais, políticos ou administrativos. Mesmo assim, é o que a Nação deseja, errando quem se colocar contra ela. Empresários, militares, operários, Igreja, universitários, agricultores, todos, enfim, manifestam-se pela realização de eleições presidenciais o mais breve possível. Não se trata de uma ofensa a Sarney, de uma injúria perpetrada contra ele ou seus ministros. O fenômeno parece bem maior do que isso. Equivale a uma válvula de escape, a um bico na chaleira ou na panela de pressão. E não vem sozinho.

O tumulto e a confusão nos trabalhos constituintes, somados ao malogro da atuação de quase todos os governadores eleitos no ano passado, conduzem à solução maior e mais ampla, a das eleições gerais, também expressa claramente nas pesquisas. Coisa que até deixaria Sarney em melhor posição. Se o País está sendo passado a limpo, se novas instituições são erigidas, por que não promover, depois delas, eleições amplas, gerais e irrestritas para todos os cargos eletivos, de deputado a senador, prefeito, vereador, deputado estadual e presidente da República?

Seria a borracha — no caso, a escolar — irrompendo sobre tudo e sobre todos, antes que a página política se transformasse num borrão. Um jogo capaz de começar do zero a zero, ensejando aos eleitos mecanismos para aplicar a nova Constituição e promover, com maior legitimidade e representatividade, a revisão completa da legislação ordinária. Uma espécie de revolução democrática que se completaria às avessas, com o ato inicial tomado no fim mas, ainda assim, podendo funcionar.

Essa idéia tem chances de tomar corpo? Nem pensar. Não há hipótese de deputados e senadores votarem, "a frio", a extinção dos próprios mandatos. Admitem entregar a cabeça do presidente da República, mas nem dos governadores cuidam, pois encerrar os mandatos deles seria fornecer argumento inarredável para o fim dos seus. Afinal, foram eleitos na mesma data, novembro de 1986. Portanto, o máximo a ocorrer na Assembléa Nacional Constituinte será a fixação do mandato do presidente Sarney em quatro anos, caso, é claro, a gangorra não mude outra vez de posição. Mas e "a quente"? "A quente", talvez, valendo prospectar sobre o que significa essa elevação de temperatura.

Não está fora de propósito o agravamento da crise, já profunda. Formam quadro mais do que perigoso a sombra da hiperinflação, o endividamento externo, a sucessão de greves políticas e reivindicatórias, a inoperância das máquinas administrativas do serviço público, a falta de comando por parte do governo, a falência de determinadas instituições, a corrupção, a permissividade que se amplia no meio social e a impossibilidade de a Assembléa Nacional Constituinte chegar a lugar algum, depois de um ano de trabalho. Per si, esses fatores têm solução. Mas, reunidos, não haverá como evitar que, em certo instante, produzam aquela mistura inesperada, responsável pelo caos, a convulsão e a paralisação do País.

Há muitos anos, era diretor do Departamento de Trânsito da cidade do Rio de Janeiro o coronel Américo Fontenelle, todos os dias às voltas com monumentais engarrafamentos, ora em Copacabana, ora no Centro, ora na Tijuca e subúrbios. Ele fazia o que era possível, mas alertava: "Qualquer dia, vai dar um nó. De Cascadura ao Leblon, nada vai andar, bastando que certos episódios, em vez de acontecer isolados, aconteçam ao mesmo tempo em batros diferentes".

Não deu outra. Uma tempestade, duas ou três batidas de carro e a perseguição a assaltantes, em locais diversos, transformaram o Rio num inferno. Não se andava em lugar nenhum e o remédio foi as autoridades aconselharem os motoristas, pelo rádio, a deixar seus veículos onde estivessem, na rua, nas praças e nas calçadas, indo a pé para casa. Só dois dias depois a situação se normalizou.

Assim se apresenta o quadro. Pode dar um nó qualquer dia. Nessa hipótese, as eleições gerais virão "a quente", sob traumas e sabe-se lá sob quais inspirações, ou pela mão de qual aventureiro. "A frio", através de um grande acordo nacional, seria muito melhor a sua realização, enquanto há tempo. C.C.